

OS DILEMAS DA ESCOLA PÚBLICA: uma análise em uma escola estadual no município de São Raimundo Nonato - Piauí

Gabriele Santos de Carvalho¹
Rayana Sthefany de Almeida Ruben Costa²
Vanessa Nascimento dos Santos³
Givanildo da Silva⁴

RESUMO: A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede estadual do Piauí, localizada no município de São Raimundo Nonato. O objetivo foi apresentar os dilemas vivenciados no âmbito da gestão e da docência no dia a dia da escola pública. A metodologia da pesquisa é de cunho qualitativo, tendo como método o estudo de caso e participaram como sujeitos interlocutores a coordenadora pedagógica e uma professora da instituição. Como resultados, pode-se apresentar que os dilemas enfrentados pelos profissionais da educação são inúmeros e esses requerem políticas educacionais para a sua resolução, a fim de alcançar a educação pública almejada pelos seus defensores, de modo que seja possível a concretização de um espaço público, laico, inclusivo, democrático e referenciado socialmente.

Palavras-chave: Dilemas Educacionais, Escola Pública, Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito social garantido na Constituição Federal de 1988, sendo compreendida como a base da sociedade. É através dela que um país se desenvolve e, no Brasil, como na maioria dos países em desenvolvimento, encontra-se fragilizada. Sabe-se que há diversos dilemas e contradições no ambiente escolar, que começam a partir da falta de ambiente democrático, estruturas adequadas, professores atuando em sua área de formação e motivação por parte dos estudantes.

De acordo com Gentili e Suárez (2004, p. 28):

O campo educacional latino-americano foi progressivamente convertendo-se, de forma cada vez mais evidente, em uma arena de conflitos, demandas encontradas e reivindicações que têm gerado tensões e idas e vindas decisivas para o desenvolvimento democrático da vida política, social e cultural das sociedades e países da região. Por sua vez, a agenda pública de conflitos educacionais, tal como vem se definindo nos últimos anos, está sendo atropelada pelas urgências dos tempos de crises, assim como pelos olhares muitas vezes restritos dos setores em disputa.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, gabriele17carvalho@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, rayanasthefany@outlook.com;

³ Professora do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, vanessa.nsantos@univasf.edu.br;

⁴ Professor do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, givanildopedufal@gmail.com.

Nesse cenário, pode-se refletir que o campo da educação passou por muitas transformações em decorrência das demandas políticas, sociais, culturais e econômicas. Na perspectiva de Arroyo (1993) as novas tecnologias evoluem num ritmo cada vez mais acelerado, e o mundo científico também avança constantemente, com novas descobertas e estudos, apontando diferentes competências para atuar na sociedade e no campo educacional. Diante disso, os novos desafios vêm instigando os profissionais da educação a buscarem novos saberes, conhecimentos, metodologias e estratégias de ensino. As mudanças no contexto escolar e social requerem profissionais atualizados e competentes, que estejam preparados para atuar com diferentes problemas.

O professor, desde o momento que escolhe seguir essa carreira, se depara com obstáculos que surgem não somente no local onde realiza seu trabalho, mas também no seu cotidiano fora da escola. Apesar de ser um profissional que tem a responsabilidade de formar os cidadãos visando à melhoria da sociedade não é valorizado socialmente. Diante dessa perspectiva, pode-se afirmar que ser um docente no dias atuais é uma atividade complexa e requer formação qualificada para que possa enfrentar os desafios diários.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede estadual do Piauí, localizada no município de São Raimundo Nonato. O objetivo foi apresentar os dilemas vivenciados no âmbito da gestão e da docência no dia a dia da escola pública. O ponto de partida para a realização da pesquisa foi a compreensão dos desafios e das contradições no ambiente escolar, destacando-se a falta de ambiente democrático, estruturas adequadas, a falta de professores atuando em sua área de formação e a desmotivação por parte dos alunos.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é de cunho qualitativo. De acordo com Fonseca (2002), quando a pesquisa qualitativa é utilizada em articulação com a quantitativa, ela permite ao pesquisador recolher um maior número de respostas para os seus questionamentos, muito mais do que se ele fizesse uso isolado de apenas um dos métodos.

O método da pesquisa foi o estudo de caso em uma escola da rede pública estadual no município de São Raimundo Nonato, do estado do Piauí. Participaram como sujeitos da pesquisa a coordenadora pedagógica e uma professora da instituição. O critério de escolha foi a disponibilidade de um profissional da gestão e um docente. A coleta de dados foi feita por meio da técnica do questionário aberto.

Os dilemas educacionais e a complexidade para o campo educativo

De acordo com Arroyo (2013), educação no Brasil é extremamente problemática. Os investimentos do governo não são suficientes para a concretização dos ideais mínimos da educação. Os professores sofrem com excessivas cargas horárias, trabalhando, na maioria das vezes, em mais de uma escola, salários baixos, falta de material didático, desconhecimento da tecnologia em sala de aula, carência de coordenadores, supervisores, orientadores pedagógicos, docentes despreparados para os desafios na área, além de outros fatores, que contribuem com a má qualidade da educação, e o resultado dessas consequências reflete em uma nação que convive o analfabetismo, elevadas taxas de evasão e baixos rendimentos escolares.

As pesquisas educacionais, realizadas por estudiosos (ARROYO, 2011; FREITAS, 2014), apresentam que a educação atual está condicionando os atores sociais para responder positivamente a ordem estabelecida pelo sistema político e econômico. Os pesquisadores retratam ainda que é necessário estabelecer práticas contra-hegemônicas, ou seja, ações as quais vão de encontro aos ideais postos nas políticas educacionais e tenham a visão mercadológica como principal ação, a fim de que a educação possa cumprir com um dos seus objetivos que é exercer a cidadania em todas as dimensões sociais.

A educação sempre esteve ligada a um projeto e fica difícil para o professor detectar seu papel em uma escola em que sua autoridade não é mais construída pela certeza de métodos e técnicas. Dessa maneira, pode-se refletir que ser professor na atualidade é não poder entrar realmente na realidade do estudante, já que a educação não é mais um conhecimento a partir do diagnóstico do professor, mas de acordo com os manuais didáticos e com o que a política escolar permite que seja demonstrado em sala de aula.

Nessa perspectiva, Freire (2001, p. 37) apresenta:

Entre “pacotes” e formação permanente o educador progressista coerente não vacila: se entrega ao trabalho de formação. É que ele ou ela sabe muito bem, entre outras coisas, que é pouco provável conseguir a criticidade dos educandos através da domesticação dos educadores. Esta forma autoritária de apostar nos pacotes e não na formação científica, pedagógica, política do educador e da educadora revela como o autoritário teme a liberdade, a inquietação, a incerteza, a dúvida, o sonho e anseia pelo imobilismo.

As mudanças ocasionadas pelo processo de globalização causam impactos no modo de organização das escolas, bem como no processo de ensino e de aprendizagem, isso porque as tendências hegemônicas defendem um ensino pautado na lógica tecnicista e na construção de ideais mercadológicos, as quais não contribuem para o processo de conscientização e de problematização da realidade em que o estudante está inserido.

Desse modo, pensar sobre a educação e os seus dilemas é necessário compreender essa complexa teia que envolve saberes, interesses e intenções: Para Silva, Silva e Santos (2017, p. 146):

As mudanças do processo educativo e as práticas do professor indicam para a direção da lógica do mercado preconizada pela ação da globalização. O profissional da educação é conclamado para contribuir com a produção, a competição e na preparação de atores sociais obedientes e alienados ao sistema vigente. O Estado como regulador dessas mudanças propõe que os docentes trabalhem na perspectiva de um tecnólogo de ensino, os quais devem preparar e/ou treinar os estudantes a responder testes padronizados, configurando a educação em um aspecto mecânico e sem sentido para seus partícipes.

De um modo geral, as cobranças sobre os profissionais da educação são ações que estão presentes em todo o contexto educacional. Essas cobranças são resultados de políticas elaboradas por técnicos de educação visando alcançar resultados positivos no âmbito global, mas não pensando nas condições de trabalho dos profissionais e na realidade escolar nas diferentes situações do país. Essas questões geram conflitos e dilemas no fazer docente e fragmentam o sentido da educação que é possibilitar uma formação integral, inclusiva, plural e dinâmica para os estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola onde foi realizada a pesquisa funciona com turmas do Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, contendo 9 (nove) turmas, sendo 7 (sete) de manhã e 2 (duas) a noite. No total são 200 (duzentos) alunos e 23 (vinte e três) professores. Segundo a coordenadora, os programas do governo federal que contemplam a escola são: Programa Dinheiro Direito na Escola (PDDE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Merenda Escolar e Transporte Escolar. Esses programas são efetivados por meio do regime de colaboração e o governo federal financia-os para contribuir com a educação básica, de acordo com os preceitos constitucionais.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado em 1995, na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar (MEC, 2019).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica

pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; Ensino integral: R\$ 1,07; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R\$ 0,53 (MEC, 2019).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), financiados pelo governo federal, provê as escolas de educação básica pública com obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como com outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita. As ações dos programas de material didático destinam-se aos alunos e professores das escolas de educação básica pública, incluindo estudantes de educação de jovens e adultos (MEC, 2019).

A coordenadora pedagógica destacou que os principais desafios que são vivenciados na escola são a falta de interesse dos alunos e a ausência dos pais, ação que, em muitas situações, prejudica o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. A presença dos pais na escola contribui para o acompanhamento da vida escolar dos estudantes, bem como efetiva um processo de amadurecimento entre as diferentes partes que compõem essa atividade. Na visão de Silva (2016, p. 152):

A presença dos pais na escola como mecanismo de defesa por uma educação pública de boa qualidade torna-se relevante, com a visão de atores que não estão no dia a dia no chão da escola, mas que têm interesses no oferecimento de uma educação com oportunidades e igualdade para todos. A discussão da presença dos pais na escola é contemporânea, visto que esses são agentes sociais que, se bem aproveitados, contribuirão no processo das decisões e das avaliações da instituição educativa.

De acordo com o autor, a presença dos pais é uma problemática que necessita de muita insistência para que a cultura da participação possa ser instaurada na escola pública, isso porque o país sofre de uma cultura arraigada na centralização, na hierarquia, dispensando princípios democráticos conquistados após o período da promulgação da Constituição Federal de 1988. Desse modo, é papel das escolas e dos profissionais da educação desenvolverem estratégias para estabelecerem a relação entre escola e família.

Para Silva (2016, p. 153):

A cultura da presença dos pais como mecanismo da gestão democrática é uma ação favorável à aprendizagem no cotidiano escolar e é significativa na medida em que os gestores e professores reconhecerem o papel que os pais têm na escola. É necessário vivenciar experiências mais reais em relação à contribuição dos pais, eles precisam de mais participação no âmbito das decisões e convém a unidade escolar ousar e acreditar nesses pares e no seu potencial educativo.

Atrelada a esse desafio, a coordenadora destacou a problemática do desinteresse dos estudantes com o processo de aprendizagem. Assim, reflete-se que essa situação pode ter uma melhoria significativa, caso os pais ou responsáveis façam parte da escola e estejam presentes com frequência em suas diferentes atividades e decisões. A relação escola-família é uma das possibilidades para solucionar os entraves apresentados pelas participantes.

A coordenadora pedagógica destacou que todos os professores que trabalham na escola têm formação na área em que atuam e grande parte possui 40 horas de regime de trabalho. No entanto, ao dialogar com a professora foi possível perceber uma contradição na resposta da coordenadora, uma vez que a professora é formada em Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), mas ministra aulas de Química e Artes com carga horário 20 horas.

O fato da professora ser formada em uma área e ministrar aulas em outras prejudica a qualidade do trabalho ofertado aos estudantes, isso porque durante o processo de formação inicial a docente não teve aprofundamento nas áreas em que atualmente está trabalhando. A realidade em muitas escolas na rede estadual do Piauí é semelhante a apresentada, de modo que por meio de processo seletivo se contrata professores, muitos ainda em formação inicial, para ministrar aulas em áreas distintas do seu domínio de conhecimento.

Desse modo, pode-se inferir que a educação pública, nessa realidade, não é prioridade dos governantes, uma vez que não há um olhar sensível para o processo de formação dos estudantes. A qualificação profissional dos professores é outro mecanismo que possibilita o sucesso escolar dos participantes, mas na falta desse aspecto, a qualidade fica comprometida.

De acordo com Silva, Silva e Santos (2017, p. 134):

A educação, por sua vez, encontra-se em um paradoxo conflitante, no qual percebe-se que é necessário mudar, ousar, romper com o obsoleto. No entanto, esta realidade depara-se com situações políticas que demandam formação, políticas públicas e financiamento para concretização de práticas inovadoras. Estas perpassam, especialmente, pela concretização de políticas educacionais nas quais incentivam a formação de professores e a redefinição da especificidade da educação, distribuindo responsabilidades e identificando o papel de cada ator social.

Na lógica dos autores o processo de organização e vivência da educação é complexo, necessitando de políticas educacionais que valorizem a área e priorizem a qualidade da educação. Os investimentos na educação, na formação dos professores e na autonomia dos profissionais da educação seriam importantes alternativas para a melhoria do processo educacional. O rompimento de políticas fragmentadas e descontínuas precisa dar lugar a políticas de Estado que apregoam a qualidade com princípios defendidos nos dispositivos regulatórios.

A professora apresentou que a escola pesquisada tem uma organização que se pode avaliar como boa, mas há o problema da superlotação nas turmas, o que, geralmente, acarreta em dificuldades no acompanhamento individual dos estudantes e na preparação de aulas mais dinâmicas por falta de espaços. Em meio aos desafios da profissão, a docente destacou a remuneração, a desvalorização social da profissão e a precarização do espaço de trabalho e dos recursos pedagógicos.

Os aspectos destacados pela profissional são corriqueiros na realidade educacional do Brasil e não favorecem que o processo de ensino e de aprendizagem aconteça dentro das expectativas, isso porque as condições não contribuem. Silva, Silva e Santos (2017, p. 148), destacam que a complexidade da educação está, especialmente, pela falta de investimentos e pela falta de análise da importância para o desenvolvimento político, social e econômico do país. Os autores destacam:

A formação e atuação dos professores são focos das políticas educacionais, pois é no interior da escola que a efetivação dos objetivos educacionais se materializa por meio da prática docente, sendo esta um importante mecanismo de divulgação dos ideais e princípios almejados pelas reformas estabelecidas. Nesse cenário, os dilemas enfrentados pelos profissionais da educação são muitos, prejudicando sua atuação no trabalho assim como gerando conflitos acadêmicos, práticos, psicológicos, sociais e culturais.

Nesse cenário, os desafios educacionais são complexos e perpassam o dia a dia da escola pública, desconstruindo as lutas históricas que foram travadas na arena educacional em prol da melhoria da oferta escolar para todos. A professora da escola pesquisada destacou que as vantagens da docência são deixar seu legado na busca por novos saberes, algo que as pessoas lembrem e a admirem por seu trabalho, tendo boas oportunidades no mercado de trabalho e renovar constantemente sua aprendizagem. Sua resposta em relação ao que é ser professor na atualidade foi:

Não é uma tarefa fácil, porém prazerosa. É ensinar e educar, bem como aprender com seus alunos, renovando a bagagem de conhecimento. Ser professor exige muito esforço, paciência, tempo, dedicação e criatividade (Professora).

Nesse cenário, pode-se refletir que os dilemas enfrentados pelos profissionais da educação são inúmeros e esses requerem políticas educacionais para a sua resolução, a fim de alcançar a educação pública almejada pelos seus defensores, de modo que seja possível a concretização de um espaço público, laico, inclusivo, democrático e referenciado socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dilemas da educação são inúmeros e os profissionais da educação e os estudantes são os maiores afetados nesse cenário, uma vez que estes lidam diariamente na escola com esses conflitos. A defesa que é possível fazer é a de que as políticas públicas educacionais sejam de Estado e efetivamente cumpram a sua função social, garantida pelos preceitos constitucionais. A educação é uma política social que apresenta retorno para a sociedade por meio de suas ações, pesquisas, descobertas e construção de projetos que contribuem para a melhoria da sociedade, assim, todo recurso financeiro investido em educação é investimento para o país.

Por meio dos resultados apresentados, a partir do estudo de caso realizado na pesquisa, percebe-se que há muitos desafios a serem enfrentados pelos profissionais da escola pública. Desse modo, defende-se que a participação dos pais no âmbito escolar possa contribuir no processo de melhorias e na cobrança por uma educação pública de boa qualidade. Além desse aspecto, é necessário que os professores atuem em sua área de formação inicial, contribuindo com os processos educativos favoráveis à aprendizagem dos estudantes. Os dilemas são inúmeros e requerem efetivas políticas educacionais que contribuam na oferta da educação pública para todos.

Por fim, reflete-se que a educação é um bem social e resulta das lutas e dos conflitos vivenciados pelos grupos que defendem a educação pública para todos. Nesse sentido, é papel dos envolvidos – pais, profissionais da educação, sociedade, sindicatos, movimentos sociais – questionarem aos poderes públicos ações que contribuam para o investimento significativo nessa área, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento e o crescimento do país. Eis, portanto, o desafio!

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, E. (Org.). **Educação e cidadania: quem educa o cidadão**. São Paulo: Cortez, 1993.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

CURY, C. R. J. A educação básica como direito. **Caderno de pesquisa**, Pelotas, v. 38, n.134, p. 293-303 maio/ago. 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FREIRE, P. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085/1114, out./dez. 2014.

GENTILLI, P.; SUÁREZ, D. **Reforma Educacional e Luta Democrática: um debate sobre a ação sindical docente na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2004.

MEC. **FNDE 50 anos**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/>>, acesso em 20 de maio de 2019.

SILVA, G. A cultura da participação da comunidade local na gestão escolar em Maceió-Alagoas. **Pesquisa em Foco**, São Luís, vol. 21, n. 1, p. 147-165. 2016.

SILVA, G.; SILVA, A.V.; SANTOS, I. M. As políticas públicas educacionais na formação de professores: avanços e recuos. **Dialogia**, São Paulo, n. 25, p. 133-151, jan./abr. 2017.